

A IMPLICAÇÃO DOS ALUNOS NO PROCESSO FORMATIVO

Paulo Vitor Jasckstet

O contexto acadêmico, bem como a vivência no cotidiano da faculdade, por vezes, se mostra como um local propício para que reflexões acerca do processo de ensino e de aprendizagem possam emergir. No espaço da sala de aula, por exemplo, é possível perceber dos alunos certa incompreensão e até mesmo, às vezes, certa aversão a atividades propostas pelos professores que visem a uma elaboração crítica ou a um pensamento mais crítico com relação ao conteúdo trabalhado e suas implicações no processo de formação. As discussões feitas no Grupo de Estudo sobre a formação dos estudantes no Curso de Psicologia também se aproximam desse esforço de pensar a maneira que os alunos se comprometem no processo de formação e qual postura os estudantes apresentam diante do processo educativo.

Observada essa postura menos reflexiva dos estudantes e até mesmo o fato de se sentirem incomodados quando solicitados a uma elaboração crítica de determinado assunto, é importante buscar compreender se uma possível explicação para essa atitude mais passiva está relacionada com o modelo de ensino que o processo educacional está pautado. Em outras palavras, investigar se o modelo de ensino pautado na mera transmissão do saber, ou seja, no modelo conteudista, bancário, acaba por dificultar que os alunos adquiram um senso crítico acerca de sua formação.

A educação bancária pressupõe necessariamente uma visão de doutrinação, uma visão em que há um detentor do conhecimento, um possuidor do saber, e que há aquele que busca o conhecimento. Tem-se assim uma relação verticalizada, na qual o detentor de saber é responsável unicamente por sua transmissão, por transferir o conhecimento ao aluno, que, por sua vez, tem a única função de receber esse conhecimento, de maneira passiva, acrítica e descontextualizada (FREIRE, 2018). Ademais, o que se percebe desse modelo de educação é que não há de fato transformação, os alunos não são levados a assumirem uma postura crítica em relação ao conhecimento, pelo contrário, a eles cabe exclusivamente absorverem o conteúdo, de maneira alienada e destituída de qualquer significado.

Esse modelo de educação pautado na mera transmissão do saber, em que aos alunos cabe apenas a retenção de conhecimentos também apresenta outra armadilha para o processo de emancipação do indivíduo. Isso porque, nessa prática, os estudantes, à medida que vão sendo inundados desse falso saber, assumem uma postura acrítica, uma postura não reflexiva sobre aquilo que eles estão recebendo, e, por consequência, acabam por construir uma realidade

estática, uma realidade falseada. Já o modelo problematizador, ou ainda, o modelo de libertação, desenvolve nos estudantes uma capacidade de apreensão e de compreensão do mundo, de forma que não são mais meros espectadores da realidade, mas, ao perceberem uma realidade em transformação, acabam se comprometendo com o processo de mudança (FREIRE, 2018).

Ao se buscar fazer essa investigação entre a implicação dos estudantes no processo de formação no ensino superior com o modelo de educação que predomina e lhes é imposto, é possível observar que a escola, sob o modelo conteudista, de fato possui um grande peso nessa falta de pensamento crítico. Isso porque esse modelo bancário da educação promove, simplesmente, a manutenção do *status quo* vigente, na medida em que não favorece um pensamento crítico acerca do contexto em que o indivíduo está inserido. Os indivíduos apassivados pelo processo escolar não buscam romper com o velho modelo, não buscam o novo, e se contentam em reproduzir um modelo já obsoleto e fadado ao fracasso (SOUZA, 2017).

O atual modelo de educação praticado pelas escolas, modelo esse pautado essencialmente em relações narradoras, expositivas, também se constitui como uma construção desumanizadora. Um processo educacional promotor do pensamento reflexivo deveria permitir ao indivíduo sua emancipação, rompendo com padrões e buscando transformações. Além disso, também deveria possibilitar ao indivíduo alternativas humanizantes e libertadoras. Porém, o que temos como certo é que o modelo vigente contribui para uma educação desumanizante, o que, na verdade, se mostra como um contrassenso (SOUZA, 2017). O contrassenso é percebido porque, justamente, se deveria esperar que a educação permitisse ao estudante postura mais ativa, essa atitude protagonista, no sentido de que o indivíduo pudesse ser autor do seu processo educacional, buscando de fato romper com uma perspectiva de ensino verticalizada, pautada unicamente em uma transmissão unilateral do conhecimento.

Outra problemática arraigada a um processo educacional bancário e conteudista reside no fato de que esse modelo de formação é baseado na lógica da tutela, ou ainda, na lógica prescritiva, no sentido de que não cabe ao aluno questionar qualquer mecanismo ou ferramenta utilizada em seu próprio processo de formação. De modo semelhante ao funcionamento da área médica, o professor, ao prescrever determinado “remédio”, deve encontrar um aluno paciente, espera que esse “remédio” seja a solução. Essa lógica prescritiva também mantém os estudantes em uma posição meramente passiva, de recebedores do conhecimento. Consequentemente, qualquer alternativa que afaste essa lógica da tutela é questionada pelos próprios alunos e até mesmo mal vista, uma vez que os estudantes passam sua vida acadêmica inteira sendo tutelados (MUNDIM NETO, 2017).

Tem-se aqui, portanto, todos os ingredientes necessários para que o comprometimento do estudante no seu processo formativo seja dificultado, posto que ele, há muito, está acostumado com um modelo educacional que o torna mero partícipe do processo, mero espectador. A ele não se oferece uma chance de ser protagonista na sua formação, pelo contrário, é esperado que ele se “comporte”, que ele apenas absorva o conteúdo, de forma acrítica e não reflexiva. Não é oportunizado ao estudante o pensamento crítico nem a busca por transformações e mudanças, logo, quando isso lhe é oferecido no ensino superior, ele estranha, o estudante acredita que não está correto, porque há muito foi oprimido por um modelo educacional falido e sem uma perspectiva libertadora, libertária e do exercício da liberdade.

Por fim, o que se percebe é que esse modelo pautado exclusivamente na transmissão do saber, que não busca libertar o aluno, que não busca emancipá-lo, que não pretende fazê-lo enxergar a sua realidade e criticá-la, contribui para a geração de alunos cada vez mais descompromissados com o seu processo de formação, favorece a reprodução de uma lógica da tutela, em que os estudantes não se mostram capazes de participar de modo ativo do próprio processo educativo.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- MUNDIM NETO, J. de F. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
- SOUZA, J.M.E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. (Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017